



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Reunião: PLENÁRIA-ORDINÁRIA - Nº 8/2022 - Plenário - 22/08/2022 das 18:00h às 22:00h

Decisão: 343/2022

Referência: 2650918/2022

EMENTA: Defere Trata-se do relatório conclusivo refere-se à Proposta para a Renovação do Terço do Plenário do CREA-AM para o exercício que iniciará no ano de 2023.

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunido em 22 de agosto de 2022, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Dinilson Bandeira Robert, objeto de solicitação de processo, Considerando a Lei Federal nº 5.194/66; Considerando que segundo a alínea "m" do art. 27 da Lei nº 5.194, de 1966, compete ao Confea examinar e aprovar a proporção das representações dos grupos profissionais nos Conselhos Regionais; Considerando que compete aos Creas criar as câmaras especializadas atendendo às condições de maior eficiência da fiscalização, conforme estabelecido pela alínea "b" do art. 34 da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando o Art. 13. Da Resolução 1071/2015. O Crea deverá indicar em sua proposta de composição do plenário as câmaras especializadas a serem criadas, extintas ou mantidas no ano subsequente. Parágrafo único. O Crea deve considerar para criação ou manutenção de câmaras especializadas a existência de, no mínimo, três representantes da mesma categoria ou modalidade profissional. Considerando que de acordo com o previsto pelo art. 40 da Lei nº 5.194, de 1966, o número de conselheiros representativos das entidades de classe de profissionais de nível superior será fixado nos respectivos Conselhos Regionais, assegurados o mínimo de 1 (um) representante por entidade de classe de profissionais de nível superior e a proporcionalidade entre os representantes das diferentes categorias profissionais; Considerando que em atendimento ao disposto no art. 41 da Lei nº 5.194, de 1966, serão submetidas à prévia aprovação do Confea a proporcionalidade dos representantes de cada categoria profissional em face dos números totais dos registros no conselho regional, cabendo a cada entidade de classe de profissionais de nível superior registrada no Crea o número de representantes proporcional à quantidade de seus associados; Considerando que os Creas são organizados em pleno, e para os assuntos específicos, em câmaras especializadas correspondentes às categorias da Engenharia e respectivas modalidades profissionais e da Agronomia, conforme dispõe o art. 42 da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando que nos termos do art. 43 da Lei nº 5.194, de 1966, o plenário dos Creas se renovará anualmente pelo terço de seus membros; Considerando que o art. 48 da Lei nº 5.194, de 1966, determina que será constituída Câmara Especializada desde que entre os conselheiros regionais haja um mínimo de 3 (três) do mesmo grupo profissional; e Considerando a necessidade de estabelecer critérios para a representação das instituições de ensino superior e das entidades de classe de profissionais no plenário dos Creas, em atendimento ao disposto na Seção II do Capítulo III da Lei nº 5.194, de 1966, Considerando a RESOLUÇÃO Nº 1.071, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015 Dispõe sobre a composição dos plenários e a instituição de câmaras especializadas dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - Creas e dá outras providências. Considerando que o plenário do CREA tem sua composição renovada em um terço anualmente, nos termos da Resolução nº 1.071, de 2015. O processo é constituído pelas seguintes etapas: I - identificação das instituições de ensino superior e das entidades de classe de profissionais com registro ou revisão de registro ativo, conforme a Resolução nº 1.070, de 2015; II - elaboração da proposta de composição do plenário do CREA; III - apreciação pelo plenário do CREA da proposta de sua composição; IV - aprovação da proposta de composição pelo plenário do CONFEA; V - posse dos representantes das instituições de ensino superior e das entidades de classe de profissionais de nível superior; e VI - constituição das câmaras especializadas, caso haja o mínimo de três conselheiros regionais por categoria ou modalidade profissional. Considerando a Decisão PL-0098/2022 - Aprova o cronograma de atividades relativo à composição dos Plenários dos CREAs 2023, a ser cumprido no exercício de 2022, conforme anexo, e dá outras providências; Considerando a Decisão PL-0889/2017 - Mantém o entendimento firmado pela Serviço Público Federal Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM RELATÓRIO E VOTO FUNDAMENTADO Decisão PL-1013/2016, quanto aos profissionais de nível superior no âmbito de atuação da Engenharia Florestal, no sentido de que, para fins de constituição das respectivas câmaras especializadas, deverão ser contabilizados apenas no título profissional Engenheiro Florestal 3110400, e dá outra providência; Considerando que se trata do Memorando nº 006/2017-GTE, através do qual a Gerência Técnica do Confea solicita orientações acerca dos entendimentos a serem adotados quanto à: a) contabilização de profissionais com visto na circunscrição dos Creas e b) contabilização dos profissionais da Engenharia Florestal; considerando, quanto ao primeiro item, que o inciso I do art. 8º da Resolução nº 1.071, de 15 de dezembro de 2015, dispõe que a proposta de composição do plenário do Crea deve conter o número total de registros de profissionais de nível superior, distribuídos nas respectivas categorias e modalidades profissionais, registrados na circunscrição; considerando que a Procuradoria Jurídica do Confea (PROJ), mediante o Parecer nº 266/2016-SUCON, entendeu que devem ser contabilizados para fins de representatividade os profissionais que tenham registro lato sensu, que compreendem os registros stricto sensu e os vistos, quando forem estabelecidas as respectivas categorias e modalidades registradas na circunscrição; considerando, adicionalmente, que o Colégio de Presidentes, por meio da Proposta nº 036/2016, apresentou proposta de alteração da Resolução nº 1.071, de 2015, com vista a: 01) Revisar o art. 6º



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

e seus incisos para que não haja vedação aos Creas que participam com até 1,5% (um e meio por cento) na receita do Conselho Federal para o aumento da representação de seus plenários; 02) Possibilitar que os profissionais que atuam em Estados da Federação com visto entrem na contagem de registros para fins de distribuição nas respectivas categorias e modalidades; considerando, quanto ao segundo item, que, apesar de a Engenharia Florestal não constar como modalidade ou categoria profissional de acordo com os preceitos do art. 14 da Resolução nº 1.071, de 2015, houve a contabilização separada desse título profissional para o exercício de 2017, por força da Decisão PL-1013/2016, contudo, não existindo tal previsão para 2018; considerando, ainda, que a supracitada Decisão determinou à CEAP a realização de um estudo a fim de contemplar o pleito do protocolo CF-2227/2016, determinando se a Engenharia Florestal pertence ao grupo agronomia ou ao grupo engenharia, apresentando um relatório conclusivo sobre o enquadramento da Engenharia Florestal; considerando a urgência do assunto, haja vista o prazo de 31 de agosto para que os Creas protocolizem no Confea suas propostas de renovação do Plenário, conforme estipulado pelo § 1º do art. 16 da Resolução nº 1.071, de 2015; considerando as alterações sugeridas em Plenário e acatadas pela Comissão. considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator deste Plenário, **DECIDIU** por unanimidade, pelo **ACOLHIMENTO** integral da proposta de Composição do Plenário do Crea-AM (art. 15, da Resolução nº 1071/2015 do Confea) para o exercício de 2023, em harmonia com o voto do Relator, Conselheiro Regional Dinilson Bandeira Robert, na forma constituída: majoração da quantidade de assentos no Plenário do Crea-AM, passando de trinta e um quantitativo atual para trinta e três Conselheiros Regionais e seus respectivos Suplentes; além da criação de Câmaras Especializadas de Engenharia Florestal e de Engenharia de Segurança do Trabalho e proposta final consolidada de Composição do Plenário do Crea-AM, apresentada nas competentes Planilhas anexas. Decisão proferida na 557ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM. Presidiu a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Audinei Lima Leite, Claudedir Malveira De Souza, Dinilson Bandeira Robert, Douglas Alberto Rocha De Castro, Edson Queiroz Da Fonseca Junior, Eiríe Gentil Vinhote, Frederico Nicolau Cesarino, Gabriel Monte Paiva (suplente), Gilmar Alencar Perêa, Jackson Pantoja Lima, Janeth Fernandes Da Silva, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Jose Josimar Soares, Jossandra Alves Damasceno, Luis Antonio De Araujo Pinto, Luiz Claudio Ribeiro Da Rocha, Marcelo De Almeida Conceição, Mesaque Silva De Oliveira, Samir Oliveira Salles, Valcemir Freitas De Souza (suplente). Não houve voto contrário. Não houve abstenção.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 22 de agosto de 2022.

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR
Presidente do Plenário